



Universidade de Brasília



i

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
JARDIM DE INFÂNCIA 03 DO GAMA**

Edna Cristina dos Santos Moitinho

ORIENTADORA: PROFESSORA MS. VIVIANE FERNANDES F. PINTO

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília



ii

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
JARDIM DE INFÂNCIA 03 DO GAMA**

Edna Cristina dos Santos Moitinho

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

ORIENTADORA: PROFESSORA MS. VIVIANE FERNANDES F. PINTO

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Edna Cristina dos Santos Moitinho

DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO JARDIM DE INFÂNCIA 03 DO GAMA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

PROFESSORA MS. VIVIANE FERNANDES F. PINTO (Orientador)

PROFESSORA DRA. PATRÍCIA NEVES RAPOSO (Examinador)

EDNA CRISTINA DOS SANTOS MOITINHO (Cursista)

BRASÍLIA/2011

AGRADECIMENTOS

À Deus que me capacitou para que chegasse até aqui, atendendo aos meus pedidos e me erguendo nas maiores dificuldades.

À família, que tanto amo: mãe cuidadosa Dona Dalva, pai amigo Sr. Valdê, esposo dedicado Luís Eduardo, filha linda Gabriella, avozinha carinhosa Dona Joaquina que sempre me apoiaram, ajudaram e incentivaram, me fazendo acreditar que venceria minhas dificuldades e alcançaria meus objetivos.

Aos meus colegas de trabalho que tanto dividiram comigo as dúvidas, angústias, e se dispuseram em ajudar ativamente da minha pesquisa, respondendo os questionários que me possibilitou realizar esta pesquisa

Aos meus alunos, em especial o Eryk Kawã, criança que me fez aprender que os desafios existem para serem enfrentados com determinação e alegria. A sua vontade de aprender e está na escola me impulsionou a acreditar nesta pesquisa.

Finalmente a minha orientadora, Viviane Fernandes, pela paciência, dedicação, profissionalismo e apoio.

EPÍGRAFE

As Cem linguagens

A criança é feita de cem.
A criança tem cem mãos,
cem pensamentos,
cem modos de pensar,
de jogar e de falar.
Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.
Cem alegrias para cantar e compreender.
Cem mundos para descobrir.
Cem mundos para inventar.
Cem mundos para sonhar.
A criança tem cem linguagens
(e depois, cem, cem, cem),

Mas roubaram-lhe noventa e nove.
A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.
Dizem-lhe: de pensar sem as mãos,
de fazer sem a cabeça,
de escutar e de não falar,
de compreender sem alegrias,
de amar e maravilhar-se
só na Páscoa e no Natal.
Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe
e de cem, roubaram-lhe noventa e nove.
Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho,
a realidade e a fantasia,
a ciência e a imaginação,
o céu e a terra,
a razão e o sonho,
são coisas que não estão juntas.
Dizem-lhe: que as cem não existem.
A criança diz: ao contrário, as cem existem.

Loris Malaguzzi

RESUMO

MOITINHO, Edna Cristina dos Santos. Os Desafios da Inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama. Monografia de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. UAB/UnB. Brasília, 2011.

O objetivo do presente estudo foi investigar os desafios enfrentados no desenvolvimento do processo de inclusão nas especificidades da Educação Infantil. Várias concepções teóricas embasaram esta pesquisa, tais como Sekkel (2008), Ainscow (2009), Mantoan (2008), Kelman (2010), Maciel, Raposo (2010) entre outros. Essas concepções e estudos teóricos auxiliaram o entendimento do processo de inclusão, suas implicações e seu desenvolvimento na Educação Infantil. A Metodologia Qualitativa foi utilizada para compreender as informações que foram construídas em um processo construtivo-interpretativo. Participaram da pesquisa 10 educadoras, 3 membros da equipe de direção, 4 pais e 1 orientadora educacional, todos, compõem a comunidade escolar do Jardim de Infância 03 do Gama, situado na cidade satélite do Gama, no Distrito Federal. O instrumento metodológico utilizado foi o questionário aberto. Os conhecimentos produzidos neste estudo representam um convite destinado aos envolvidos com a educação e preocupados com a inclusão escolar na Educação Infantil e conseqüentemente, apontar possíveis caminhos para superar as dificuldades enfrentadas. Como resultados esse estudo apontou que a chegada de crianças com deficiência na Educação Infantil é um fato real que deve ser visto por todos como algo positivo para a educação, mas para isso as crianças incluídas nessa etapa de escolarização devem ter seus direitos respeitados, de modo que os profissionais envolvidos tenham mais capacitação, que os ambientes escolares sejam adaptados e principalmente que o currículo, os atendimentos especializados e a modulação atendam com qualidade às necessidades do aluno.

Palavras-chave: *Desafio, Inclusão, Educação Infantil*

ABSTRACT

MOITINHO, Edna Cristina dos Santos. Os Desafios da Inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama. Monografia de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. UAB/UnB. Brasília, 2011.

The goal of this study was to investigate the challenges faced by inclusion in early childhood education. Various theoretical conceptions embasaram this search as Sekkel (2008), Ainscow (2009), (2008) Mantoan, Kelman (2010), Maciel and Raposo (2010) among others that strengthened with various approaches to the inclusion process, its implications and its journey in early childhood education. Qualitative methodology was used to understand the information that has been built in a constructive process-interpretation. Surveyed 10 teachers, three members of the management team, 4 parents and 1 educational guidance, all comprise the school community of kindergarten 03 Range, located in the satellite city of Gama, Distrito Federal. The methodological instrument used was the open questionnaire. The knowledge produced in this study represent an invitation for those involved with education and worried school inclusion in early childhood education and consequently, pointing out possible ways to overcome the difficulties. As a result this study pointed out that the arrival of children with disabilities in early childhood education is a real fact that must be seen by all as something positive for education, but for this the children included at this stage of education should have their rights respected so that the professionals involved have more training, school environments and are tailored especially to the curriculum, expert consultations and modulation quality to meet the needs of the student.

Tags: *Challenge, Inclusion, early childhood education*

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
APRESENTAÇÃO.....	1
I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
1.1. Inclusão e suas implicações na educação.....	4
1.2. Os percursos da educação infantil e sua relação com a inclusão.....	8
II – OBJETIVOS.....	17
III – METODOLOGIA.....	18
3. Referencial teórico metodológico.....	18
3.1 Método.....	19
3.1.1 Contexto da pesquisa e os seus participantes.....	19
A) Espaço da pesquisa.....	19
B) Participantes.....	20
C) Instrumentos e materiais.....	21
3.2. Procedimentos para construção de dados.....	21
3.3. Procedimentos de análise de dados.....	22
IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	23
4. Categorias temáticas.....	23
a) 1º tema: Definição de ambiente inclusivo.....	23
b) 2º tema: Processo de Inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama.....	24
c) 3º tema: Desafios da Inclusão na Educação Infantil.....	26
d) 4º tema: Formação docente.....	27
e) 5º tema: Modulação da Educação Infantil.....	29
f) 6º tema: Postura da família em relação à inclusão.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

APÊNDICES

A – Questionário aberto - professores (Modelo).....	38
B – Questionário aberto - equipe de direção (Modelo).....	41
C – Questionário aberto – Orientadora Educacional.....	43
D – Questionário aberto - pais (Modelo).....	45

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo).....	
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo).....	48
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo).....	49

LISTA DE QUADROS

Imagem 1: fachada da escola.....	20
Quadro 1- Visão de ambiente inclusivo	23
Quadro 2 – Visão de inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama pela ótica dos educadores, pais, orientadora educacional e equipe de direção.....	24
Quadro 3 – Desafios da inclusão no JI 03.....	26
Quadro 4 – Formação docente.....	27
Quadro 5 – Modulação da Educação Infantil.....	30
Quadro 6 – Postura da família em relação à inclusão.....	31

APRESENTAÇÃO

O processo de inclusão escolar que se realiza ainda na Educação Infantil pode ser considerado trata-se de avanço para os pais e crianças com deficiência e um grande desafio para a escola, uma vez que o primeiro contato dos alunos com necessidades educacionais especiais com a Instituição Escolar se inicia em um jardim de infância.

Ao mesmo tempo em que se observa a satisfação dos pais em matricular seus filhos em uma escola de ensino regular, é possível verificar a angústia, preocupação e dúvidas dos profissionais da escola em atender crianças com necessidades educacionais especiais. Os alunos da educação infantil apresentam especificidades que exigem um trabalho diferenciado por parte da escola, uma vez que esses alunos apresentam uma maior dependência em relação aos professores. Vale lembrar que essas crianças estão em plena fase de desenvolvimento em diversas áreas, tais como: identidade e autonomia, habilidades motoras, socialização.

Observa-se que no sistema educacional nacional a Educação Infantil ainda não é prioridade, o que prejudica ainda mais o processo de inclusão nessa etapa escolar. Importante destacar que esse ambiente representa um marco importantíssimo na vida do ser humano: “A primeira infância é um lócus privilegiado – uma vez que representa o início da formação escolar –, a partir do qual podemos pensar e praticar uma educação emancipatória.” (Freller; Dias Ferrari; Sekkel, 2008, p. 9). De acordo com Freller et al (2008), a Educação Infantil tem elevado grau de representação na vida escolar da criança e por isso a inclusão, nesse etapa de escolaridade, tem que se alcançar uma posição mais privilegiada do que aquela que ocupa atualmente.

Com base nessa discussão acerca das especificidades da Educação Infantil e a respeito do trabalho de inclusão realizado nesta etapa do ensino, foi proposta uma pesquisa com o intuito de identificar e analisar o processo de inclusão em um Jardim de Infância da rede pública do DF. Sendo assim, este trabalho propõe como tema de reflexão os desafios da inclusão na Educação

Infantil, tomando como referência as ações desenvolvidas no Jardim de Infância 03 do Gama (JI 03).

Esse objeto de pesquisa justifica-se pelo fato de se observar diversas dificuldades enfrentadas na educação infantil, no que se refere à inclusão da crianças com deficiência o fato é verificado tanto pela observação do contexto escolar quanto pelas narrativas dos professores que atuam no JI 03. Entre as maiores críticas destacam-se: a forma de distribuição dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs)¹ nas turmas regulares de Educação Infantil, a ausência de diagnósticos em muitas crianças que são matriculadas pelo 156², a negação da família em reconhecer as dificuldades do filho e procurar pareceres médicos, a necessidade de mais cursos de formação que sejam ofertados pela Secretaria de Educação do DF voltados aos educadores da Educação Infantil, entre outras.

Sendo assim, essa pesquisa teve por objetivo identificar e analisar os principais desafios do processo de inclusão na Educação Infantil, no Jardim de Infância 03 do Gama, a partir da ótica dos educadores, direção da escola, orientação pedagógica e pais de alunos. Participaram do estudo professores, pais, equipe gestora e orientadora educacional.

Para isso, desenvolveu-se um estudo de caso por meio da aplicação e análise de questionários abertos aplicado a segmentos que compõem a escola. Por meio deste estudo, foi possível mapear os desafios da inclusão nesta etapa da educação.

Os resultados do estudo apontam o que se tem feito até agora pela inclusão na Educação Infantil e o que se pode melhorar com base nos depoimentos dos envolvidos.

Desse modo, este trabalho que apresenta os resultados da pesquisa, está assim estruturado: o primeiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica e

¹ ANEEs - o termo aluno com necessidades educacionais especiais ainda é um termo em definição. Esse termo é utilizado pela Secretaria de Educação do DF, porém segundo a Secretária de promoção dos direitos das pessoas com deficiência a utilização mais adequada seria aluno com deficiência.

² 156 – número de telefone pelo qual os pais realizam a telematricula de seus filhos na Secretaria de Educação do DF.

está organizado em dois subcapítulos: o primeiro faz uma abordagem sobre inclusão e suas implicações e o segundo remete aos percursos da Educação Infantil e sua relação com a inclusão. O segundo capítulo apresenta a metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa e, o terceiro e último capítulo traz a apresentação dos resultados do estudo e a discussão dos dados coletados. Finaliza-se este trabalho com algumas reflexões e análises a respeito dos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Inclusão e suas implicações na educação

Entende-se que inclusão é ação de respeitar, acolher, reconhecer no outro seus direitos como pessoa e torná-lo parte do meio em que se vive. Segundo Soares Moura (2009), incluir significa “1. *Abranger, compreender, conter, envolver*; 2. *Introduzir*; 3. *Fazer parte, inserir-se*.”

A resolução n. 02, de 11/09/2001, indica que inclusão é: “a garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de receptividade à diversidade humana e às diferenças individuais, em um esforço de equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões de vida” (Coelho 2010). Na visão de Kelman (2010) que aborda que em uma visão holística, é fundamental se ter a compreensão de que uma pessoa com deficiência deve ser compreendida e tratada em sua singularidade. Ela define como inclusão à sensibilidade as diferenças humanas, e a falta de seu reconhecimento, implica na exclusão social.

Ou seja, uma atitude em relação ao outro pode ser uma forma de inclusão e aceitação ou um ato de discriminação e rejeição em função do contexto das relações sociais. Em outras palavras, a busca pela igualdade de oportunidades deve ser constante, pois ainda existem muitas barreiras a serem vencidas.

A idéia de educação inclusiva só passou a ser verdadeiramente defendida e apoiada após a publicação da Declaração de Salamanca, documento internacional de 1994, que defende que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem “o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos.” (UNESCO,1994). Essa Declaração também menciona a importância de se proporcionar uma educação eficaz para as crianças que promova um avanço na qualidade de todo o sistema educacional.

Após a publicação da Declaração de Salamanca, iniciou-se um processo de inovação e direcionamento em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96 que em seu Capítulo V, que trata especificamente dos direitos dos “educandos portadores de necessidades especiais”³ (art. 58) à educação “preferencialmente” nas escolas regulares, e institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, os recursos e os apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esse estudantes, assim como determina como dever das escolas responderem a tais necessidades desde a educação infantil (art. 3º).

Ferreira (2009), afirma que, desde a publicação da LDB, o termo preferencialmente tem sido foco de debate entre especialistas da área, estudiosos, acadêmicos, entre outros, pois tem dado margem a dois tipos de pensamentos: um excludente, por parte dos sistemas educacionais e outro que defende que o sistema de ensino regular deve absorver, indiscriminadamente, todas as crianças, jovens e os adultos, inclusive aqueles com deficiência.

A resposta a esse polêmico Capítulo V da LDB, veio com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – CNE nº 02/2001 que tem como objetivo orientar os sistemas educacionais acerca da educação de alunos(as) com necessidades educacionais especiais na sala comum da rede regular e oferecer subsídios para a constituição das diversas modalidades de atendimento(especializado, hospitalar e domiciliar) ao estudante com deficiência. Em seu Art. 2º, as Diretrizes (BRASIL, 2001c) estabelecem que

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”

Este documento garante a todos os alunos com necessidades educacionais especiais o direito à matrícula em classes comuns da educação regular e o direito ao atendimento educacional especializado.

³ Conforme o texto da lei.

Mesmo com o aumento do número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino, não se pode negar que ainda há muitos impedimentos que desfavorecem a inclusão. Ainscow (2009) vê a inclusão educacional como o maior desafio do sistema escolar em todo o mundo. Ele também traz a ideia que educação inclusiva tem como objetivo eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade.

Para o processo de inclusão, uma das principais barreiras encontradas é a falta de mudança na organização da escola regular, em seu currículo e em suas estratégias de ensino e aprendizagem. O ensino e aprendizagem do aluno com deficiência se configuram de acordo como suas estruturas psíquicas e seu funcionamento humano vão se estabelecendo. (Kelman 2010).

Ainscow (2009) argumenta que as escolas precisam abordar as diferenças individuais não como problemas a serem consertados, mas como oportunidades para enriquecer o aprendizado, ou seja, a inclusão escolar não se limita só a algumas ações. Verifica-se que tal processo, precisa avançar mais no que diz respeito às relações humanas, no crescimento da sociedade e valores humanos baseados no respeito à diversidade.

Sartoretto (2008) afirma que escola inclusiva é aquela que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constroem as aprendizagens. Uma escola inclusiva deve estabelecer estratégias de forma que ações coletivas se tornem significativas no processo de inclusão.

Os dados indicam que, mesmo que as matrículas estejam aumentando na rede de ensino, as condições educacionais mantêm-se desiguais para os estudantes com deficiência alcançarem sucesso escolar. Entre as razões para essa desigualdade, muitas estão diretamente relacionadas à discriminação vivida por eles durante sua escolarização, pois falta-lhes o direito a ter acesso aos recursos e aos apoios que necessitam para estudar em condições de igualdade. Torna-se urgente a promoção e aquisição de conhecimentos

relevantes na área de direitos humanos por parte dos educadores e comunidade escolar (Ferreira, 2009).

Ferreira (2009) em seu estudo exploratório qualitativo sobre violação dos direitos de crianças e jovens com deficiência realizado em duas cidades do nordeste em 2002, observou que em relação à educação, as escolas e os(as) professores(as) não estão e não se sentem preparados para receber crianças com deficiência em suas classes regulares; assim, uma das práticas mais comuns das escolas é a recusa da matrícula ou a tentativa de ver se a criança se adapta.

Segundo Coelho (2010), as atitudes em relação as crianças com deficiência por parte da escola ocorre pelo fato dos participantes do contexto escolar se sentirem sozinhos e frustrados por não saber onde procurar ajuda para solucionar problemas que o processo de inclusão estabelece para a dinâmica educacional. Ela sugere a coordenação pedagógica como espaço valioso para a continuada reflexão que possa indicar formas de enfrentamento desses problemas.

Mantoan (2008) afirma que é preciso encontrar alternativas para a melhoria da qualidade do ensino para todos, sem exclusões. Para que os alunos com deficiência tenham o direito de estar na mesma escola e sala de aula que todos frequentam, deve-se enfrentar as dificuldades, de forma que nenhuma criança fique à margem do desenvolvimento de sua geração, em respeito ao seu direito à igualdade, à cidadania e à dignidade. Enfim a inclusão implica em uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo.

Enfim, os apontamentos para o fim da exclusão foram iniciados nas últimas décadas e o caminho para inclusão já teve início. Mesmo não sendo uma trajetória fácil, as estratégias pedagógicas e governamentais aos poucos estão se adequando de forma a se produzir resultados significativos na vida do aluno incluído. Obstáculos existem, entretanto, as reflexões devem continuar para que nunca morra em cada indivíduo o desejo pela igualdade de direitos.

1.2. Os percursos da Educação Infantil e sua relação com a inclusão

Durante algum tempo, a Educação Infantil era muito mais associada à extensão do lar das crianças atendidas do que propriamente à educação formal. Nas primeiras décadas do século XX, as associações assistencialistas brasileiras propunham a criação de jardins de infância, pois durante séculos não se atribuía direito à infância, ela era, simplesmente, algo a margem da família, considerada como um vir a ser. Só se era considerado sujeito quando chegava à idade da razão. (Kuhmann Junior, Eibel) .

Segundo a Política Nacional de Educação Infantil⁴ (2006), nas décadas de 1970 e 1980, o processo de urbanização do país, cada vez mais intenso, somado a uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e à pressão dos movimentos sociais, levou a uma expansão do atendimento educacional, principalmente às crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, verificando-se também, na década de 1980, uma expansão significativa na educação das crianças de 0 a 3 anos. Vários fatores levaram a expansão das instituições de Educação Infantil fora dos sistemas de ensino tais como: a pressão da demanda, a urgência do seu atendimento, a omissão da legislação educacional vigente, a difusão da ideologia da educação como compensação de carências e a insuficiência de recursos financeiros. E as formas alternativas de atendimento, em que não se exigiam escolarização, em geral trabalhavam nessas instituições trabalharam mulheres em geral chamadas de crecheiras, pajens, babás, auxiliares etc.

Esse mesmo documento informa que a trajetória da educação das crianças de 0 a 6 anos assumiu e assume ainda hoje, no âmbito da atuação do Estado, diferentes funções, muitas vezes concomitantemente. Dessa maneira, ora assume uma função predominantemente assistencialista, ora um caráter compensatório e ora um caráter educacional nas ações desenvolvidas.

⁴ Fonte: <http://portal.mec.gov.br> acessado em 11/03/2011

Porém, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso IV, informa o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. A partir daí, é possível desvincular esse atendimento assistencialista e vinculá-lo ao caráter educacional oferecido pelas as instituições e que agora fazem parte dos direitos e garantias fundamentais.

Diante desse quadro social e político, é importante mencionar como se dá o desenvolvimento da criança nessa etapa de sua vida. A partir dos 3 anos, ocorrem estágios importantes no desenvolvimento infantil que precisam ser considerados.(Vokoy e Pedroza, 2005)

Nota-se, nesse momento, a importância que escola tem na vida da criança, pois o seu desenvolvimento será marcado pelas experiências vividas no ambiente escolar, podendo ser positivo, mas também podem trazer complexos de modo a mudar seu comportamento em relação ao meio.

Vokoy e Pedroza (2005) atribui a escola um meio de diversificação de grupos em que a criança está inserido, sendo muito positivo o seu contato com grupos de crianças da mesma idade, favorecendo uma aprendizagem social, ou seja, o convívio com os padrões e regras sociais. As autoras também associam esse pensamento ao pensamento de Wallon (1953), que afirma que durante esse estágio, o grupo permitirá à criança diferenciar-se dos outros e descobrir sua autonomia e sua originalidade.

Sobre autonomia do sujeito, torna-se oportuno falar sobre Vygotsky, conforme apontado nos estudos e questionamentos de La Taille, Dantas e Oliveira (1992). As autoras em seus diálogos sobre os três principais teóricos da psicologia sobre a universalidade, a autonomia do sujeito e a falseabilidade das respectivas teorias, vale ressaltar a construção a autonomia segundo a teoria de Vygotsky em que o sujeito passa por três elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao processo de recriação e reinterpretações que acontecem entre o sujeito e a cultura. O segundo afirma que cada sujeito tem sua trajetória de vida com uma sequência de experiências singulares. E por último fala das funções psicológicas superiores dos indivíduos, que são seus

processos voluntários, ações conscientemente controladas, mecanismos intencionais.

Aos três elementos citados, as autoras concluem que para Vygotsky “o indivíduo interioriza formas de funcionamento psicológico dadas culturalmente e ao tomar posse delas, torna-as suas e as utiliza como instrumentos pessoais de pensamento e ação” (1992, p.106). Assim é a criança na constituição de sua autonomia, em seu primeiro contato com a escola, rompem-se os limites com o ambiente familiar, e começa a se relacionar com outros sujeitos na Educação Infantil. E da maneira singular que a criança viver suas experiências, interioriza suas formas de pensamento e de agir no mundo cultural e concreto em que está inserida.

Na teoria piagetiana, a autonomia intelectual é fruto dos poderes da razão, e em cada sujeito encontram-se estruturas e mecanismos que lhe são íntimos, pois são irreduzíveis a fenômenos sociais introjetados. Ao se aplicar à educação ele argumenta que somente as relações sociais que promovam a liberdade de expressão permitem a autonomia do sujeito. (La Taille,1992)

Maciel e Raposo (2010) destacam duas idéias básicas do construtivismo em relação ao desenvolvimento infantil. A primeira delas é ver o sujeito como um ser ativo e que dispõe de uma competência cognitiva que lhe permite ser construtor do seu próprio conhecimento. Essa ideia implica no reconhecimento de que a criança antes de entrar para a escola dispõe de um saber, construído ativamente por meio de sua participação social e regulado pelo processo de equilíbrio das estruturas mentais. A outra ideia é a noção da importância do contexto para a aprendizagem. Só é possível compreender os processos envolvidos na aprendizagem quando essa experiência é observada a partir de contextos específicos e significativos.

Cada criança que chega à escola já traz, conhecimentos construídos em seu meio, fruto de sua bagagem histórico-cultural. O fragmento a seguir, traz uma reflexão de Maciel e Raposo (2010, p.75) de como se dá esse desenvolvimento:

O desenvolvimento é caracterizado pela construção conjunta do sistema psicológico da pessoa por si própria e, ao mesmo tempo, orientada por objetivos de “outros sociais” que lhe impõem toda sorte de restrições. Restrições estas que ao mesmo tempo limitam e também promovem, dentro de um leque de possibilidades, o seu desenvolvimento. Sua ação é, portanto, tanto promovida como limitada pelo “outro” social .

É não é diferente para o aluno com deficiência, em seu primeiro contato com a escola. Segundo Amaral (2009), a escola exerce papel de mediadora do conhecimento entre indivíduo e sociedade. A mesma autora também afirma que em determinado contexto histórico-social em que a escola está inserida, acontece a construção de subjetividade, ou seja, a individualidade dos sujeitos é marcada pela forma de interpretar e sentir o mundo e a si como sujeito do conhecimento.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a inclusão escolar tem início na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global das crianças.

A respeito da educação inclusiva, o documento publicado pelo MEC denominado “Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas (2006)⁵ afirma: “Identificar as necessidades educacionais de um aluno como sendo especiais implica considerar que essas dificuldades são maiores que as do restante de seus colegas, depois de todos os esforços empreendidos no sentido de superá-las, por meio dos recursos e procedimentos usuais adotados na escola. A concepção de especial está vinculada ao critério de diferença significativa do que se oferece normalmente para a maioria dos alunos da turma no cotidiano da escola.”

Essa identificação consolida-se com as avaliações de diferentes sujeitos como professores, orientadores, psicopedagogos, psicólogos e profissionais da saúde. Essa equipe tem a função de avaliar as necessidades educacionais da criança e encaminhá-la aos programas de apoio necessários ao seu desenvolvimento.

⁵ Fonte: www.portal.mec.gov.br, acessado em 15/03/2011

Esse mesmo documento argumenta que o sucesso de escolas integradoras depende, em grande parte, da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de seis anos deverão ser desenvolvidos e/ou reorientados, para reorientá-las, com vistas ao seu desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade, na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deverão reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, por meio da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil (cuidados sanitários da primeira infância).

A educação infantil representa um marco na vida de qualquer indivíduo. Nessa etapa de escolarização a personalidade humana vai se formando, seja ele com ou sem deficiência, por isso deve ser uma garantia para todas as crianças. Por meio de vários estudos foi possível constatar que o desenvolvimento da criança passa por estágios que irão ser classificados de acordo com a idade.

O estágio do personalismo, é um deles, ele é importantíssimo na constituição da personalidade da criança, período em que ela deve estar frequentando a escola. Ele se divide em três períodos distintos com o objetivo de tornar o eu mais independente e diversificado. O primeiro é o período de negação, surge na criança a necessidade de auto afirmar, de impor sua visão pessoal e lutar para prevalecer sua opinião. O segundo período é a idade da graça, por volta dos quatro anos de idade, a criança desenvolve maneiras de ser admirada e chamar atenção para si através da sedução, com o objetivo de obter aprovação dos demais. Já por volta do cinco anos, inicia-se o terceiro período, que é marcado por uma reaproximação do outro, manifestada pelo gosto de imitar, que possui papel essencial na assimilação do mundo exterior (Vokoy e Pedroza, 2005).

A partir dessas considerações, é possível ressaltar o papel da educação infantil dada a importância que desempenha na vida de uma criança, seja ela

com ou sem necessidades educacionais. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas na escola são capazes de estimular o desenvolvimento de valores saudáveis nas interações, tais como a solidariedade, companheirismo, o coletivismo, a autonomia, etc. Enfim, são inúmeras as possibilidades na escola que favorecem a formação da personalidade da criança, permitindo o seu convívio em sociedade, e em grupos que vão além do seu ambiente familiar.

As ações promovidas pela educação infantil são extremamente significativas na vida de crianças com necessidades educacionais especiais, pois, muitas vezes, o convívio com outras crianças permite que ela supere suas dificuldades. Sem contar que em um Jardim de Infância não há espaço para o preconceito, pois para os pequeninos só existe espaço para a inocência, e que todos são iguais.

Um fator de interação social que tem grande relevância na inclusão da educação infantil é o aumento da consciência das diferenças individuais, principalmente, no que diz respeito à postura da família. Pois para que a criança e seus pais tenham seus direitos garantidos se faz necessário o envolvimento familiar nos planejamentos e decisões educacionais que influenciam no desenvolvimento social e intelectual da criança.

Segundo a Política Nacional de Educação Infantil (2006) a educação infantil ainda não é obrigatória. É dever do Estado, mas opção da família. Nestes sentidos, observa-se que o papel da família é essencial para que a criança incluída ou em fase de diagnóstico, tenha êxito em seu desenvolvimento. Infere-se nesse contexto a aceitação, o envolvimento, o incentivo e a parceria em apoiar a escola para que seus filhos tenham a oportunidade de conviver com seus pares e de encontrar mais oportunidades para o seu crescimento individual.

Importante mencionar que de acordo com a LDB, capítulo V que fala da Educação Especial, em seu art.58, diz que a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Sekkel et al (2008) entende que o atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de Educação Infantil regulares deve ser concebido como benefício para todas as crianças, pois esse convívio traz diversas vantagens relativas às situações de aprendizagem bem como à socialização. Porém deve-se mencionar que este processo deve ser pensado de modo que os vários sujeitos que participam da educação de crianças tenham formação adequada para atuarem.

Outro importante fator para uma inclusão adequada está na organização do espaço, a eliminação das barreiras arquitetônicas (escadas, depressões, falta de contraste e iluminação inadequada), mobiliários, a seleção dos materiais, as adaptações nos brinquedos e jogos são instrumentos fundamentais para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena. Eles se tornam condições essenciais e prioritárias na educação e no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. (Saberes e práticas da inclusão, 2006)⁶

Diante das dúvidas, anseios, angústias, reflexões a escola inclusiva não pode perder o foco que é promover benefícios a todos os alunos sejam eles com ou sem necessidades educacionais especiais, por isso as práticas inclusivas devem contribuir para construção de novos saberes partindo das interações entre os protagonistas do ambiente educativo.

Segundo a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, em seu art. 9º estabelece como eixos norteadores do currículo da Educação Infantil as interações e as brincadeiras, garantindo-lhes as seguintes experiências:

- o brincar - exige participação e engajamento, com ou sem o brinquedo, sendo uma forma de desenvolver a capacidade de manter-se ativo e participante;
- a autonomia é um dos objetivos primordiais da Educação Infantil, em um processo contínuo, incentiva-se a criança aos cuidados com o corpo, a organização de seus materiais, a colaboração na organização da sala, a alimentação, a adesão de hábitos saudáveis, a responsabilidade, a

⁶ Fonte: www.portal.mec.gov.br acessado em 15/03/2011

construção autônoma das atividades, exposição de idéias e pensamentos, dentre outros;

- a psicomotricidade em que o movimento é a forma que as crianças utilizam para conhecer a si e ao mundo, e então, encontrar competências para atuar no meio em que vivem, desenvolver o toque, a segurança, o traçado, a ação motriz, controle sobre os braços, pernas e movimentos em gerais.

Além dessas experiências citadas, importante mencionar a arte, a leitura e escrita, o desenho e as relações sociais e afetivas.

Muitas emoções como: ciúme, medo, tristeza, tédio, ansiedade e surpresa, apresentam-se desde a primeira infância, podendo levar a criança a reagir de maneira agressiva, apática ou exibicionista, cabendo então aos educadores da Educação Infantil interferir nesses conflitos, através de trabalho em grupo, estabelecimento de regras, respeito ao próximo, imposição limites; proporcionando momentos onde as crianças aprendam a esperar sua vez, a dividir e a lidar com as diferenças, percebendo-se membro de uma sociedade onde nem sempre ela será considerada o centro das atenções.

Na Educação Infantil é também trabalhado o autoconceito (quem sou, como me chamo, onde vivo, o que faço, do que gosto, etc.) e a autoestima (o que penso de mim, como me valorizo, o quanto acha que as pessoas me valorizam, etc.) eu e o outro (qual é o meu papel em relação ao outro, quem são as pessoas que fazem parte da minha vida) eu e a natureza (quais são os seres que tem vida que fazem parte do ambiente em que vivo) eu e os outros povos (qual é a minha origem, de onde vem os meus costumes, a que raça pertença). Enfim, são aprendizados significativos que servirão para toda a vida.

Assim, numa proposta inclusiva de educação infantil, o currículo e os objetivos gerais são os mesmos para alunos com necessidades educacionais especiais, não requerendo um currículo especial, mas sim ajustes e modificações, envolvendo alguns objetivos específicos, conteúdos, procedimentos didáticos e metodológicos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem desses alunos.

Diante do que foi visto, pode-se entender a importância da Educação Infantil na formação dos sujeitos. A partir do momento que esta etapa de escolarização torna-se uma garantia da educação básica, expandi-se o direito da criança, seja ela com necessidades educacionais especiais ou não, cabendo a escola regular oferecer um ambiente inclusivo e acolhedor para todas as crianças. Lugar onde se deve ensinar os alunos a valorizar as diferenças, pela convivência com seus pares, pela postura dos educadores, pelas aulas ministradas e pelas relações estabelecidas de forma harmoniosa.

II - OBJETIVOS

A partir das discussões teóricas nessa pesquisa, os objetivos de estudo propostos foram:

Geral

Identificar e analisar os principais desafios da inclusão na Educação Infantil do Jardim de Infância 03 Gama, a partir da ótica do corpo docente.

Específico

Como objetivos específicos, foram definidos:

- Apresentar as experiências vividas pelos professores, direção, orientação pedagógica e pais no processo de inclusão da Educação Infantil do Jardim de Infância 03 do Gama em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais.

III - METODOLOGIA

3. Referencial teórico metodológico

Neste capítulo serão apresentadas algumas considerações que nortearam a construção dessa pesquisa. Os próximos parágrafos abordarão como foi construído esse estudo empírico, assim como também os caminhos percorridos para se chegar aos resultados.

Esta pesquisa foi desenvolvida utilizando o método qualitativo a partir de um estudo de caso. O estudo foi realizado com a coleta de dados obtidos por aplicação de questionários abertos. A problemática se deu a partir da indagação pela prática profissional do pesquisador. A intenção da pesquisa qualitativa é entender uma situação social, um evento, um papel, um grupo ou uma interação específica (Locke, Spirduso e Silverman, 1987).

Esta pesquisa aborda um tipo de estudo de caso chamado por André(2008) de estudo etnográfico que se justifica pelo fato do pesquisador se voltar para uma instância particular, nesse caso houve a escolha de apenas uma instituição de ensino da rede escolar do DF, para compreendê-la como unidade, sem deixar de lado na pesquisa, seu contexto e suas Inter-relações como o meio em que se insere.

O estudo de caso foi escolhido pelo fato de a principal preocupação desta pesquisa é com o significado que as pessoas ou grupos estudados atribuem às ações, eventos e a realidade que as cercam, nesse caso no ambiente educacional inclusivo de um jardim de infância. Em que os significados foram diretamente expressos pela linguagem ou indiretamente pelas ações (André, 2008).

Tomando como base os fundamentos da pesquisa qualitativa, esse estudo de caso propôs o tema de forma dialógica, pelo qual os processos de pensamento e reflexão do investigador estão em contínua interação dialética com o fenômeno investigado(Maciel e Raposo, 2010).

No mesmo pensamento de Maciel e Raposo (2010), o instrumento utilizado, o questionário aberto, foi escolhido pelo fato de facilitar a expressão

do sujeito em toda a sua complexidade e aceita o desafio que implica a construção de ideias e conceitos sobre a informação diferenciada que expressam os sujeitos estudados. Nesse caso, o sujeito irá se expressar por meio do instrumento, e por meio do seu estímulo irá exprimir suas experiências diferenciadas pelos fatos vivenciados.

Segundo González Rey (2005) o questionário representa um sistema de indutores pensados em seu conjunto para facilitar a expressão da maior quantidade de informações possível por parte do sujeito, que é obtida por meio de perguntas que possam ter um caráter complementar na expressão da informação sobre o estudado.

A partir dos dados coletados, foi possível analisar os temas que mais ficaram evidenciados pelos participantes da pesquisa. E em concordância com as expectativas de André (2008, p. 34), espera-se que esse estudo de caso ajude a compreender a situação investigada e possibilite a emergência de novas relações e variáveis, ou seja, que leve o leitor a ampliar suas experiências e que principalmente que revele pistas para aprofundamento ou para futuros estudos, já que esse tema ainda não houve variados estudos sobre ele.

3.1 MÉTODO

3.1.1 - Contexto da pesquisa e os sujeitos participantes

A) Espaço de pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Jardim de Infância 03 do Gama, localizada na cidade satélite Gama, no Distrito Federal. Segundo o Projeto Político Pedagógico (2011) o **JARDIM DE INFÂNCIA 03 DO GAMA** integra o sistema de ensino do Distrito Federal e tem a sua filosofia fundamentada nos princípios da Educação Nacional, nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser; tem por finalidade oferecer ensino de qualidade, com a participação da família e da comunidade, assegurando a Educação Básica na etapa de Educação Infantil - 1º e 2º Período.

A Instituição Educacional atende atualmente a 376 alunos, sendo 164 no turno matutino e 215 no turno vespertino. Possui uma turma reduzida com um aluno com doença crônica (câncer). A escola também recebeu dois alunos com deficiência física (DF) e um aluno com outras necessidades (ON).

O prédio foi construído para atender alunos do Ensino Fundamental séries iniciais. Em 2005, após a implantação do Jardim de Infância, não houve muitas mudanças na estrutura física, sendo adaptados apenas os banheiros infantis. Portanto, atualmente a estrutura física não atende as necessidades da clientela (crianças de 4 e 5 anos). As dependências constituem-se de 8 salas de aula, 1 brinquedoteca (sala adaptada), 1 sala de leitura/informática(que não está sendo utilizada por falta de recursos humanos), banheiro masculino, banheiro feminino, cantina, banheiro (adulto), direção, sala dos professores, sala de orientação escolar, secretaria, pátio coberto, parque de areia e estacionamento.

A Instituição conta com uma orientadora, uma psicopedagoga (EAA), uma coordenadora, 17 professoras, 4 vigias, 3 porteiros, 6 auxiliares de educação e uma equipe gestora composta por: diretora, vice-diretora, supervisora pedagógica, supervisora administrativa e chefe de secretaria.



Imagem 1: fachada da escola

B) Participantes:

Participaram desta pesquisa 10 professoras que atuam no Jardim há mais de três anos. As professoras respondentes possuem entre 30 e 45 anos de idade. Todas possuem formação em nível superior e quatro são pós-graduadas, todas com mais de dez anos de experiência como educadoras. Também fizeram parte da pesquisa a equipe gestora da escola, composta por

cinco membros, (dos quais três responderam o questionário). A equipe gestora atua há um ano no Jardim de Infância, porém todos possuem mais de 10 anos de experiência na educação. Além dos profissionais citados participaram a orientadora educacional, que está há 2 anos na instituição e quatro pais de alunos com deficiência, que estavam matriculados na instituição pesquisada, no início da pesquisa.

PARTICIPANTES	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Educadores	10 ⁷
Grupo Gestor	3
Pais de alunos	4
Orientadora pedagógica	1

Tabela 1: Participantes da pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram escolhidos pelo fato de participarem do processo de inclusão: os professores por atuarem como regentes de classe na escola, e estarem em contato com as crianças diariamente. A equipe gestora por ter o papel de receber esses alunos, distribuí-los e oferecer meios para que tenham um ambiente acessível.

A orientadora da escola constitui-se como participante do estudo, pois atende de forma individual, acompanhando tanto a criança como a família, podendo ter avaliações mais precisas das necessidades educacionais do aluno. Os pais avaliam o processo pelo contato obtido com a fala da criança, da professora e da orientadora, como também pelas observações durante o ano letivo.

c) Instrumentos e Materiais

Foram utilizados como instrumentos e materiais de pesquisa:

⁷ Os questionários foram entregues a 15 professoras, porém apenas 10 devolveram.

- Questionário Aberto
- Bloco de Notas
- Caneta

3.2. Procedimentos para construção dos dados

As informações apresentadas acerca dos participantes, assim como os dados da pesquisa, foram obtidos por meio de questionários abertos. Nele os respondentes ficaram livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem a escolha entre um rol de alternativas, partindo-se de questões gerais para específicas.

Os questionários foram entregues aos participantes, após uma conversa com os grupos, em diferentes momentos, que foi explicitado o objetivo da pesquisa que seria mapear os principais desafios da inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama, no qual as respostas dariam subsídios para a pesquisadora desenvolver o seu estudo.

3.3. Procedimentos de análise dos dados

Os sujeitos pesquisados foram divididos em quatro grupos: Educadores(E), Direção(D), Pais (P) e Orientadora(O). Esses grupos responderam um questionário, diferenciado por cada grupo, acerca de inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama. Visando garantir os princípios éticos da pesquisa, os entrevistados serão identificados por pseudônimos no intuito de garantir a integridade dos participantes e de todo corpo docente da escola envolvida. Portanto, o Grupo de Educadores serão identificados pela inicial **E** seguidos das numerações de **E1** a **E10**, o Grupo da equipe de direção serão identificados pelas iniciais **D** seguidos das numerações **D1** a **D3**, o grupo de pais serão identificados pela letra **P**, seguidos das numerações **P1** a **P4** e a orientadora será identificada pela letra **O**

Suas respostas foram categorizadas e analisadas, por meio de reflexões baseadas em estudiosos da educação como também especialistas, mestres e doutores de educação inclusiva.

IV- ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Dada a natureza do tipo de investigação realizada e, conforme discutido no referencial teórico-metodológico, os resultados, a análise e a discussão são apresentados em um único capítulo. Neste capítulo, as informações construídas são apresentadas em tópicos. As respostas dos grupos pesquisados foram categorizadas por temas e transcritas, na íntegra, em quadros. De forma paralela, em que abaixo de cada grupo tem-se as respostas retiradas dos questionários. Os temas permeiam a inclusão na educação infantil, e de acordo com o que foi respondido nas perguntas foram se constituindo os assuntos temáticos.

4. Categorias temáticas

a) 1º tema: Definição de ambiente inclusivo

De acordo com o grupo dos 10 educadores que definiram ambiente inclusivo pode se chegar à seguinte resposta: é um local adaptado tanto na forma física como também na organização do currículo de maneira a respeitar as necessidades de cada aluno. Um ambiente que vise a formação dos docentes de modo, a subsidiar um ensino de qualidade.

De acordo com a equipe de direção, o ambiente inclusivo é um ambiente em que as pessoas percebam a diversidade e atuem com amor, respeito, empatia, enfim precisa ir além do ambiente adaptado.

A orientadora define um ambiente que promova a aprendizagem e a socialização.

QUAL A SUA VISÃO DE AMBIENTE INCLUSIVO?		
EDUCADORES	DIREÇÃO	ORIENTADORA
E5: “Um espaço adequado às necessidades das pessoas com alguma deficiência física ou intelectual. Essa adequação curricular e formação de	D1: “O ambiente inclusivo não se restringe somente às instalações físicas... precisamos sim, muito mais de adaptação humana, isto é, comportamental...”	O: “Espaço que propicie, verdadeiramente ao ANEE a socialização e a aprendizagem de forma à não impor limites ao seu desenvolvimento e sim respeitar suas próprias limitações.”

profissionais para atender a estas pessoas”.		
--	--	--

Quadro 1: Visão de ambiente inclusivo

Para Freller et al (2008, p.31) “o termo ambiente inclusivo pode ser compreendido como um ambiente em que as crianças deficientes e não deficientes convivem ocupando um mesmo espaço. Nesse sentido, todas as nossas escolas regulares atualmente corresponderiam a ambientes inclusivos.” Porém este mesmo autor menciona que esse conceito deve ser bem mais discutido, ele propõe que deve ser um ambiente que priorize a participação de todos os envolvidos no processo educacional e que os grupos envolvidos como professores, pais, coordenadores, funcionários em geral construam sua identidade a partir do respeito das opiniões compartilhadas.

Ele também dá ênfase a três princípios necessários para a construção do ambiente inclusivo: o cuidado – representa o reconhecimento das necessidades do outro e o respeito com posicionamentos contrários, a confiança – essencial para o compartilhar - e a reflexão – necessária sobre as práticas coletivas e individuais.

A exposição das respostas dos participantes vai de encontro ao pensamento do autor, pois um dos objetivos dessa pesquisa é construir o conhecimento a partir de uma visão coletiva, onde todos são protagonistas do trabalho realizado, compartilhando as experiências de forma a contribuir para um ambiente verdadeiramente inclusivo.

b) 2º tema: Processo de Inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama

O quadro abaixo mostra a visão de alguns membros que compõem a comunidade escolar em relação à inclusão do Jardim de Infância 03 do Gama:

VISÃO DE INCLUSÃO NO JI 03			
E: Comente sobre o processo de inclusão escolar no Jardim de Infância 03.			
P: Na sua opinião, seu filho(a) enfrenta algum tipo de dificuldade no ambiente escolar? Qual(s) ?			
O/D: Como você define o processo de inclusão escolar no Jardim de Infância 03 do Gama ?			
EDUCADORES	PAIS	ORIENTADORA	DIREÇÃO

<p>E10: “Bem acredito que estamos desenvolvendo um bom trabalho, dentro das nossas limitações. Apesar da boa vontade das professoras e dos demais funcionários, esbarramos em muitas dificuldades como: adaptação do espaço físico, ajuda de um monitor, outros ambientes para realizar diferentes atividades, falta de formação e informação, etc.”</p>	<p>P1: “Há a falta de profissionais da saúde (como fonoaudiólogas) para atuar juntamente com os profissionais da escola ”</p>	<p>O: “O jardim ainda caminha à ‘passos lentos’ no que se refere ao processo inclusivo, principalmente, em relação à falta de suporte (profissional e pedagógico) ao professor. Ainda há muito o que evoluir.”</p>	<p>D2: “Algo que gradativamente vem tomando forma, amadurecendo. Está visível no trabalho com o respeito as diferenças, com ações isoladas e também em conjunto.”</p>
--	---	--	---

Quadro 2 : Visão de inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama pela ótica dos educadores, pais , orientadora educacional e direção.

É nítido o esforço docente em tornar a inclusão uma realidade positiva na educação infantil, porém não se pode negar as inúmeras dificuldades enfrentadas no JI 03, como foram citadas nas falas dos participantes entre elas: adaptação do espaço físico, presença de monitores e profissionais da saúde no ambiente escolar e também a necessidade de mais formação.

Em relação a presença de profissionais da saúde no ambiente escolar, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica⁸ diz que é indispensável a integração dos serviços educacionais com os da área de saúde e assistência social, garantindo a totalidade do processo formativo e o atendimento adequado ao desenvolvimento integral do educando.

Porém o número de profissionais dessas áreas é inviável em relação à demanda de alunos que necessitam de atendimentos específicos. Ouve-se relatos de mães que dormem em filas de alguns pólos conveniados de atendimento do DF, como o CEAL(Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni) para conseguir o primeiro atendimento para criança. Muitas mães deixam de levar seus filhos pela dificuldade de acesso e

⁸ Fonte: www.portal.mec.gov.br acessado em 15/03/2011

flexibilidade de horários, pois precisam trabalhar ou até mesmo não tem dinheiro para pagar passagem de ônibus para chegar até o local.

O mesmo documento menciona que o fato de uma criança necessitar de apoio especializado não deve constituir motivo para dificultar seu acesso e frequência às creches e às turmas de pré-escola da educação regular. Porém a falta dele dificulta o trabalho docente e desenvolvimento do aluno. Cabe aos órgãos responsáveis promoverem meios que esses atendimentos sejam mais acessíveis aos alunos das escolas públicas do DF.

c) 3º tema: Desafios da inclusão na Educação Infantil

Com essa análise de dados é possível perceber que a visão de inclusão no JI 03 é evidenciada pelas dificuldades no ambiente escolar. O quadro abaixo realça essas dificuldades ao tratar do tema desafios da inclusão.

EM SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS MAIORES DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO JARDIM DE INFÂNCIA 03 DO GAMA?		
EDUCADORES	DIREÇÃO	ORIENTADORA
E2: <ul style="list-style-type: none"> • “As turmas cheias; • Falta de monitores para auxiliar a criança; • Falta de recursos materiais; • Falta de orientação e suporte ao professor; • Falta uma redução no horário das crianças que cansam rapidamente por exigir um maior esforço.” 	D2: “Acredito que o primeiro desafio seja o medo de cada um de nós, profissionais da educação, de encarar o fato de ter um aluno especial. Depois vem todo o resto: o espaço físico, a rotina da escola que deve se adequar às diferenças, o planejamento, formação deficiente, etc.”	O: “Primeiramente sensibilizar a comunidade escolar sobre a responsabilidade de cada um dentro do processo inclusivo, pois o professor ainda tem pouco auxílio.”

Quadro 3: Desafios da inclusão no JI 03

Um dos desafios muito citado na fala das professoras foi o número de alunos nas turmas inclusivas. Elas relatam que a falta de redução na turma dificulta o trabalho em sala de aula. De acordo com a estratégia de matrícula 2011, a redução para turmas inclusivas Educação Infantil é: a mínima é de 20

podendo chegar até a 24 alunos, quantidade elevada para o grau de dependência das crianças.

A primeira infância é uma fase que necessitam de mais atenção e cuidados da professora, porém esta se vê limitada em dispor uma dedicação maior aos ANEES, devido ao tamanho da turma. Ortiz (2008, p.53) *em suas reflexões concluem que* o número excessivo de crianças pode levar a um cuidado massificado, prejudicando a construção da identidade dessas crianças.

Nota-se, em todo o grupo educacional, principalmente no grupo de educadoras, sentimentos de angústias quando mencionam da necessidade de atividades diferenciadas com algumas crianças e se vêem limitadas pela falta de recursos, informações sobre qual tipo de atendimento pedagógico a criança necessita e redução de turma. Nesse sentido, Ortiz(2008) afirma que para se pensar em escolas de Educação Infantil para diferentes faixas etárias e com diferentes turnos requer uma proposta pedagógica consistente e permanentemente aprimorada.

d) 4º tema: Formação docente

Diante dos desafios mencionados, a capacitação docente foi um fator bastante citado, diante disso, o quadro abaixo faz uma relação da formação dos educadores pesquisados:

FORMAÇÃO DOS EDUCADORES			
EDUCADORES	FORMAÇÃO SUPERIOR	PÓS-GRADUAÇÃO	CURSOS NA ÁREA DO ENSINO ESPECIAL
E1	SIM	NÃO	NÃO
E2	SIM	SIM	NÃO
E3	SIM	SIM	NÃO
E4	SIM	SIM	NÃO
E5	SIM	NÃO	SIM
E6	SIM	SIM	NÃO

E7	SIM	SIM	NÃO
E8	SIM	NÃO	NÃO
E9	SIM	NÃO	SIM
E10	SIM	NÃO	NÃO

Quadro 4: Formação docente

No que se refere à formação do professor, 100% tem formação superior, 50% tem pós-graduação e 80% dos pesquisados afirmam não ter recebido formação da Secretaria de Educação para atuarem com alunos com deficiência.

Segundo a Secretaria de Educação do DF (2008), “a inclusão de alunos na classe comum do ensino regular requer o bom entendimento e a interação entre o(s) professor(es) **capacitado(s)** que atua(m) na regência de classe e o(s) professor(es) **especializado(s)** que atua(m) na instituição educacional, tendo em vista beneficiar e atender o aluno com necessidades educacionais especiais em sua aprendizagem e desenvolvimento.”

Porém, segundo a pesquisa, a realidade do Jardim de Infância 03 do Gama não condiz com o citado acima, a capacitação dos profissionais não tem sido prioridade, os professores não tiveram uma formação prévia para participarem ativamente no processo de inclusão, muitas vezes, se viram ou se vêem frustrados por não saberem lidar com algumas deficiências, sentindo-se impotentes diante de algum aluno que requer um cuidado especial e específico.

Tomando como referência os cursos oferecidos pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE, -*2011) observa-se que o público alvo são professores que já atuam em turmas inclusivas, porém esquecem-se que com a escola inclusiva todos estão propícios a trabalharem com turmas inclusivas, por isso o ideal é que os cursos sejam pré-requisitos para todos os educadores da Secretaria de Educação do DF, de forma mais acessível e descentralizada.

Infelizmente a dinâmica de formação continuada ainda é muito limitada, situação pela qual prejudica o processo de inclusão, gerando dúvidas, insatisfação e ansiedade nos profissionais da educação.

Vários depoimentos falam da necessidade de monitores em turmas inclusivas. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007)⁹: “Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de **monitor ou cuidador** dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.” Percebe-se que esse é um direito garantido pelo Ministério da Educação.

Infelizmente o regimento ainda deixa muito a desejar, pois se for analisado a Portaria de nº 84 de 23 de abril de 2010, que dispõe sobre a modulação de Pessoal da carreira Assistência à Educação nas Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em que diz “Para as instituições educacionais que atendam alunos com necessidades educacionais especiais, a distribuição dos Técnicos de Gestão Educacional/Monitor será realizada de acordo com as orientações e definições da Gerência de Ensino Especial, vinculada a Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional”. Tal afirmação não deixa clara a quantidade de monitores por aluno com necessidades educativas especiais por escola, gerando ainda mais expectativas nos pais e professores. Em muitas escolas, quem ocupam esse cargo são mães, professoras, coordenadoras, pois o número de monitores atualmente é muito pequeno em relação aos mais 13 mil alunos matriculados na rede de ensino do DF, segundo dados do censo escolar realizado pelo INEP, (2010)

O ideal seria a ampliação do sistema de monitoria em escolas inclusivas e que fosse mais clara a modulação de pessoal para essa área.

e) 5º tema: Modulação da Educação Infantil

⁹Fonte: www.portal.mec.gov.br - Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

A atual modulação da Secretaria de educação não tem atendido de forma satisfatória a escola inclusiva, observe, no quadro a seguir, a fala dos participantes da pesquisa:

Qual a sua opinião sobre a modulação da Secretaria de Educação para a Educação Infantil?		
EDUCADORES	DIREÇÃO	ORIENTADORA
E3: “Sinceramente, acho que foi estabelecida por pessoas que não conhecem a realidade da sala de aula e desconsideram as necessidades dos professores e alunos.”	D3: “Deveríamos ter um número reduzido de alunos por turma. Que as turmas, além de reduzidas, contassem com monitores .”	O: “Não concordo com a atual modulação da SEEDF, pois a SEEDF autoriza apenas 3 anos de turma reduzida(que ainda é mínima) durante a vida escolar de cada ANEE, não sendo vista a etapa da E. I. como prioridade para tal benefício .”

Quadro 5: Modulação da Educação Infantil

Na fala dos grupos verifica-se a indignação com a modulação atual. Eles relatam ser injusta tanto com o aluno, como com o professor, pois dependendo da limitação da criança, o trabalho individualizado é indispensável, mas a realidade da sala de aula cheia, impede que o trabalho seja realizado com êxito. Muitos avaliam que esta forma de modular a educação infantil foi elaborada por profissionais que estão alheios ao ambiente da escolar da Educação Infantil.

Importante mencionar que muitas crianças são matriculadas pelo sistema de ligação 156, em que nem os pais, nem as atendentes sabem informar se a criança tem diagnósticos, cabendo ao professor, mesmo sem formação necessária, como já foi visto, identificar as necessidades do aluno e encaminhá-lo para uma avaliação da equipe. Até que se chegue a um diagnóstico o aluno deixa de receber o atendimento complementar necessário ao seu desenvolvimento.

a escola de Educação Infantil, organizada como creche ou como Pré-Escola, precisa urgentemente de uma política que

atenda as suas necessidades específicas de organização, funcionamento e financiamento.” (Ortiz, 2008, p.53).

Diante dos relatos apurados, faz-se necessário uma reavaliação da modulação atual pelos responsáveis em legislar a educação do Distrito Federal e que priorizem a participação ativa dos profissionais envolvidos na elaboração dos regimentos.

e) 6º tema: Postura da família em relação à inclusão

A família é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Pode ser entendida como um sistema social pequeno e interdependente com regras e valores próprios, estrutura razoavelmente estável, com papéis relativamente definidos. (Kelman 2010). E por esse papel tão fundamental na vida da criança ela pode até prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, por isso há a necessidade do reconhecimento das diferenças no seio familiar. O quadro a seguir mostra a visão dos grupos que responderam ao questionário em relação à postura familiar:

E relação a inclusão, como você vê a postura dos pais?		
EDUCADORES	DIREÇÃO	ORIENTADORA
<p>E8: “Como os maiores interessados deveriam exigir mais das Regionais e Secretarias de ensino.”</p> <p>E5: “Não costuma aceitar com facilidade as necessidades especiais dos filhos. Muitos resistem e isso dificulta o apoio às profissionais.”</p> <p>E7: “Uns ausentes, outros apoiando seus filhos...”</p>	<p>D2: “Alguns pais se mostram bastante interessados em conhecer melhor os seus filhos e compreender a melhor maneira de ajudá-los. Mas essa é uma realidade difícil para todos. Sinto que é doloroso para alguns pais encarar o fato de uma deficiência na família, onde todos são ‘normais’. Assim é mais fácil não ‘ver’ e não agir ...”</p>	<p>O: “Conscientes das limitações da escola e, na maioria dos casos, parceiros frente aos desafios.”</p>

Quadro 6: Postura da família em relação à inclusão

De acordo com as diretrizes educacionais do DF, o processo de identificação e avaliação das necessidades educacionais dos alunos dar-se-á no próprio contexto escolar, com a participação do professor responsável pela turma, equipe pedagógica da instituição educacional e professor de educação especial. Após a avaliação pedagógica, o aluno será encaminhado ao Centro de Ensino Especial para a complementação do diagnóstico diferencial em parceria com serviços de saúde. Além dessas ações, realiza orientação e apóia a instituição educacional e as famílias quanto às necessidades dos alunos e formas de atendimento, articulando com instituições públicas e particulares a inclusão de alunos em programas de esporte, lazer e cultura.

Ao receber o diagnóstico de uma criança com deficiência, começam a aparecer apreensões e preocupações quanto ao desenvolvimento e procedimentos a serem tomados. As reações dos pais e das mães no momento do resultado do exame pode ser um momento muito confuso, cheio de dúvidas e de incertezas quanto ao seu futuro e o do filho afirmam Falkenbach e Drexler (2008).

De acordo com Kelman (2010), o processo familiar na aceitação do diagnóstico da criança passa por três fases: A primeira, ao se receber a notícia o comportamento é representado pelo “luto simbólico” que se manifesta pelo isolamento, negação, vergonha. O segundo seria a busca de informação sobre a deficiência e o terceiro a potencialização das capacidades.

Freller, Dias Ferrari, Sekkel, (2008) afirmam que *“é na Educação Infantil que os pais estão mais próximos e presentes na escola, e esse é um momento precioso para propor situações de interlocução e reflexão. (pág. 53)”*. Essa argumentação reflete aquilo que é esperado, porém como pode ser observado nos relatos dos participantes da pesquisa, não tem acontecido.

Quando se trata de aceitação da necessidade do filho, pode-se ter uma família ausente e insatisfeita, por ser a primeira etapa de escolarização da criança. A família ainda está na primeira fase definida por Kelman (2010) representada pelo “luto simbólico”, e para que não gere conseqüências para a educando, a escola tem um papel primordial que é ajudar a família a superar essa etapa, demonstrando apoio e abertura para esclarecimentos e conversas.

A fala de E8 sobre a falta de cobrança dos pais do sistema educacional é uma verdade, pois eles, como responsáveis pelas crianças, não podem se calar com a falta de estrutura, tanto física, como curricular oferecida pelas escolas regulares do DF. As maiores prejudicadas são as crianças, pois as falhas do sistema prejudicam o desenvolvimento das mesmas.

É importante mencionar que alguns pais como afirma à orientadora, são conscientes das limitações da instituição de ensino e apóiam as decisões tomadas pelas escolas e tem iniciativa de reivindicar melhores condições escolares para seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações construídas ao longo deste estudo permitem a discussão em relação aos desafios da inclusão, com enfoque maior na Educação Infantil. Primeiro foi necessário abordar o conceito de inclusão, partindo do geral, no caso a inclusão em sociedade, para o específico, a inclusão escolar, pois esse é o ponto chave para se entender de que maneira tem acontecido o processo de inclusão no ambiente educacional de um Jardim de Infância.

Quando os participantes da pesquisa relatam como é a experiência da inclusão na Educação Infantil, percebe-se que as bases da educação estão falhando, tornando-se um processo de efeito dominó, inicia-se no Jardim de Infância chegando ao Ensino Médio.

O que se deseja com essa pesquisa, ao analisar as dificuldades da inclusão, não é retroagir remetendo a segregação de crianças em centros de ensino especial que havia em anos atrás, mas sim, que o sistema de ensino ofereça uma inclusão de qualidade e que todos os envolvidos tenham seus direitos respeitados e garantidos.

A intenção em diversificar os grupos pesquisados se justifica pela necessidade de se ter uma visão global de como tem sido a inclusão na Educação Infantil, pois como já foi dito um dia, uma escola se faz com a participação de todos.

Observa-se nas respostas dos participantes da pesquisa que há caminhos para que se melhore o quadro atual, pois todos estão dispostos a darem suas parcelas de contribuição para o sucesso da inclusão.

Como Coelho (2010) mencionou, fica claro que há a necessidade de se estabelecer estratégias didáticas que busquem soluções e respostas para as dificuldades surgidas no ensino e aprendizagem do aluno com deficiência. Cabem as autoridades criar mais políticas públicas que promovam e facilitem os meios necessários para superar os impedimentos encontrados na inclusão sejam eles, curriculares, de pessoal ou físicos.

Embora as construções apresentadas nessa pesquisa não sejam os únicos caminhos para a discussão dos desafios da inclusão na educação infantil, elas representam um convite destinado à comunidade escolar, a fim de abrir um canal de reflexão e, conseqüentemente, possibilitar o entendimento que os obstáculos existem, todavia, a educação inclusiva é um avanço e para que seus objetivos sejam alcançados se faz necessário o compromisso de todos.

Referências bibliográficas

AINSCOW, Mel, *Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? Em: Tornar a educação inclusiva*. Osmar Fávero, Windyz, Timothy Ireland e Débora Barreiros (Orgs). Brasília: anped, 2009. p. 11-21.

AMORA, Soares Moura, *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa*, São Paulo: Saraiva, Ed. 19, 2009.

COELHO, Cristina M. Madeira. *Inclusão Escolar Em: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Diva Albuquerque Maciel e Silviane Barbato, editora UnB, 2010.

EIBEL, Maria Irene Reginatto, *A importância da Educação Infantil no Contexto Educacional e Social*. www.fungab.org.br acessado em 11/03/2011.

FALKENBACH, Atos Prinz, Drexler, Greice and Werler, Verônica A *relação mãe/criança com deficiência: sentimentos e experiências*. Ciênc. saúde coletiva, Dez 2008, vol.13.

FERREIRA, Windyz B. Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola. In: FÁVERO O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIROS, D.; (Orgs.). *Tornar a educação Inclusiva*. Brasília: Anped, 2009.p.25-53

FRELLER, Cíntia. DIAS FERRARI, Marian Ávila de Lima. SEKKEL, Marie Claire. *Educação Inclusiva: percursos na educação infantil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos da construção da informação*. São Paulo: Thompson, 2005.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Diretrizes pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Brasília*, 2008.

http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.p
[df](#) acessado em 20/01/2011

<HTTP://www.ead.fea.usp.br> acessado em 18/01/2011

KELMAN, Celeste Azulay, *O papel da família no desenvolvimento do ensino-aprendizagem do ANEE, FE-UNB, 2010.*

MACIEL, Diva Albuquerque. RAPOSO, Mírian Barbosa Tavares. *Metodologia e construção do conhecimento: para o estudo da inclusão*. In: MACIEL, Diva Albuquerque e BARBATO, Silviane; *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília: UnB, 2010

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008.

ORTIZ, Cisele. *Educação Infantil e Exclusão Cultural*. In C. C. FRELLER; M. A. de L. e DIAS FERRARI; M. C. SEKKEL(Org.) *Educação Inclusiva: percursos na educação infantil Casa do Psicólogo*. São Paulo: 2008.

TAILLE, Yves de. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

VOKOY, Tatiana. PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; *Psicologia Escolar em Educação Infantil: Reflexões de uma atuação*. Brasília, UnB, 2005
www.fcrs.edu.br acessado em 10/03/2011

ANEXOS
QUESTIONÁRIO ABERTO - PROFESSORES

Caro(a) Participante,

Estou desenvolvendo uma pesquisa como requisito para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. O presente questionário tem por objetivo contribuir para o processo de inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama. Suas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e você não será identificado(a).

Agradeço sua colaboração.

1) Identificação do Professor:

1.1) Idade: _____

1.2) Sexo: Feminino () Masculino ()

1.3) Formação: _____

1.4) Tempo de docência: _____

2) Há quanto tempo você atua na Educação Infantil?

3) Há quanto tempo você atua no Jardim de Infância 03 do Gama?

4) Qual a sua visão sobre ambiente inclusivo?

5) Comente sobre o processo de inclusão escolar no Jardim de Infância 03.

6) Você trabalha ou já trabalhou com turma inclusiva no JI 03? Se a resposta for afirmativa, cite o ano e o período.

7) Na sua opinião, quais são os maiores desafios da inclusão na Educação Infantil do Jardim de Infância 03 do Gama?

8) Para você quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo educador em relação ao processo de inclusão escolar?

9) Qual a sua opinião sobre a atual modulação da SEEDF para a Educação Infantil?

10) Você recebeu capacitação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? Qual?

11) Em relação à inclusão, como você vê a postura dos envolvidos?

Professores: _____

Pais: _____

Direção: _____

ANEE: _____

QUESTIONÁRIO ABERTO - EQUIPE DE DIREÇÃO

Caro(a) Participante,

Estou desenvolvendo uma pesquisa como requisito para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. O presente questionário tem por objetivo contribuir para o processo de inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama. Suas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e você não será identificado(a).

Agradeço sua colaboração.

1) Identificação da equipe de direção da escola:

➤ Idade: _____

➤ Função: _____

➤ Formação: _____

➤ Tempo de SEEDF: _____

2) Quanto tempo de atuação na Educação Infantil e quanto tempo no Jardim de Infância 03 do Gama ?

3) Qual a sua visão de ambiente inclusivo?

4) Como você define o processo de inclusão escolar no Jardim de Infância 03 do Gama?

5) Você concorda com a atual modulação da SEEDF para a Educação Infantil? Por quê? Quais sugestões você acrescentaria para aperfeiçoar o processo de inclusão?

6) Quais os desafios da inclusão na Educação Infantil do JI 03 do Gama?

7) Qual o seu papel em relação às crianças incluídas no JI03?

8) Em relação à inclusão, como você vê a postura dos envolvidos?

Professores: _____

Pais: _____

Direção: _____

ANEE: _____

QUESTIONÁRIO ABERTO – ORIENTADORA EDUCACIONAL

Caro(a) Participante,

Estou desenvolvendo uma pesquisa como requisito para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. O presente questionário tem por objetivo contribuir para o processo de inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama. Suas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e você não será identificado(a).

Agradeço sua colaboração.

1) Identificação SOE:

- Idade: _____
- Formação: _____
- Tempo de SEEDF: _____

2) Quanto tempo de atuação na Educação Infantil e quanto tempo no Jardim de Infância 03 do Gama ?

3) Qual a sua visão de ambiente inclusivo?

4) Como você define o processo de inclusão escolar no Jardim de Infância 03?

5) Você concorda com a atual modulação da SEEDF para a Educação Infantil? Por quê? Quais sugestões você acrescentaria para aperfeiçoar o processo de inclusão?

6) Quais os desafios da inclusão na Educação Infantil do JI03 do Gama?

7) Qual o seu papel em relação às crianças incluídas no JI03 do Gama?

8) Em relação à inclusão, como você vê a postura dos envolvidos?

Professores: _____

Pais: _____

Direção: _____

ANEE: _____

QUESTIONÁRIO ABERTO - PAIS

Caro(a) Participante,

Estou desenvolvendo uma pesquisa como requisito para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. O presente questionário tem por objetivo contribuir para o processo de inclusão no Jardim de Infância 03 do Gama. Suas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e você não será identificado(a).

Agradeço sua colaboração.

1) Identificação

1.1) Idade: _____

1.2) Escolaridade: _____

1.3) Profissão: _____

1.4) Estado civil: _____

1.5) Renda Familiar mensal: _____

2) O seu filho apresenta algum tipo de necessidade educacional especial? Qual?

3) Na sua opinião, seu filho(a) enfrenta algum tipo de dificuldade no ambiente escolar? Qual(s)?

4) Você está satisfeito com o atendimento educacional oferecido ao seu filho(a)? Por quê?

5) Você considera está satisfeito com o atendimento adequado na sala de aula? Por quê?

6) Você considera o Jardim de Infância nº 03 um ambiente adaptado para as necessidades de seu filho(a)? Por quê?

7) Como você avalia a relação de seu filho(a) com os professores(as)?

8) Como você avalia a relação de seu filho (a) com os professores(as)?

9) Como você considera a infra-estrutura da escola (adaptação do prédio, acesso, materiais didáticos etc.) adequada para seu filho (a)?

10) Na sua concepção qual a escola ideal para o seu filho(a)?

11) Em relação à inclusão, como você vê a postura dos envolvidos?

Professores: _____

Pais: _____

Direção: _____

ANEE: _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre *Inclusão na Educação Infantil*. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa observações em sala de aula, conversas informais, questionários abertos. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 61-8597-7153 ou no endereço eletrônico profednacristina@gmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

 Edna Cristina dos Santos Moitinho

Orientanda da Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a: **Inclusão na Educação Infantil**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa observações, conversas e questionários abertos. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone **61-8597-7253** ou no endereço eletrônico **profednacristina@gmail.com** Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

 Edna Cristina dos Santos Moitinho

Orientanda da Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

